

Os fatores prejudiciais à saúde dos professores estão relacionados à organização e às relações de trabalho.

Docência – condições de trabalho e saúde

:: wilson cesar ribeiro campos¹ e alexandra mari ito²

¹ Psicólogo pela USP, especialista em Saúde Coletiva pela Unifesp, coordenador técnico e membro do Conselho Científico do Diesat.

² Psicóloga pela USP, especialista em Saúde Coletiva pela Unifesp e pesquisadora do Diesat.

As mudanças sociais em épocas de globalização e revoluções tecnológicas trazem novas demandas aos profissionais de todos os setores e categorias. Para os profissionais da educação, mais especificamente para os docentes, não está sendo diferente. O custo dessas transformações tem sido verificado pela maior necessidade de investimento em formações contínuas e permanentes do corpo docente, pelo aumento das tarefas cotidianas do professor, pela notória insatisfação com os salários e com as condições de trabalho e pelo adoecimento da categoria.

Essa tensão entre as promessas e os impactos das transformações no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea é colocada em evidência pela OIT – Organização Internacional do Trabalho – em sua campanha pelo trabalho decente. “No debate sobre trabalho decente é possível articular questões políticas e econômicas de âmbito nacional e internacional, alimentando com princípios fundamentais o debate acerca do tipo de globalização que queremos e os caminhos que estão sendo seguidos” (CAMPOS, 2008).

Pretende-se aqui fazer um breve relato das condições de trabalho e dos problemas de saúde relacionados especificamente à profissão docente encontrados na pesquisa realizada pelo Diesat, a pedido da Feteesul e seus sindicatos filiados, junto aos professores e técnicos administrativos do ensino privado em todo o estado do Rio Grande do Sul e em outras produções acadêmicas recentes.

Alguns sinais do descontentamento dos docentes com a profissão

O aumento do absenteísmo e o desejo de abandono da profissão são fenômenos que vêm sendo discutidos recentemente por pesquisadores e organismos de gestão públicos.

Gasparini, Barreto e Assunção (2005), citando Zaragoza, apontam que “o absenteísmo seria um mecanismo de defesa utilizado contra a tensão derivada do exercício docente, uma forma de atingir um alívio para escapar das tensões acumuladas”.

No ensino privado, ao contrário do observado juntos aos trabalhadores do setor público, encontramos docentes trabalhando com dores, sem voz ou com outros tipos de adoecimentos em virtude do receio de possíveis reprimendas da direção ou até mesmo da possibilidade de perda das aulas.

Os professores e as condições de trabalho

Estudos como o de Mouriño Mosquera (1978), em sua investigação sobre os sentimentos dos professores da grande Porto Alegre, já apontavam para a frustração desses profissionais em relação a diversos

aspectos de seu trabalho, sendo estes: excesso de alunos por sala; preocupação maior com conteúdo e menor com o processo ensino-aprendizagem; grande número de tarefas fora de sala de aula; redução de salário; carência material e de equipamentos; falta de tempo para preparo das tarefas; demasiadas reuniões na instituição escolar; direção insegura, ineficaz, rígida; e falta de interesse dos alunos.

Esse autor cita uma pesquisa da década de 1960, realizada por McLaughlin e O'Shea no estado da Califórnia, Estados Unidos, em que os pesquisadores receberam dos professores respostas muito semelhantes às encontradas em Porto Alegre. Em outros trabalhos mais recentes encontramos os mesmos aspectos de descontentamento dos professores em relação ao seu trabalho, como podemos ver na pesquisa de Vedovato e Monteiro (2008), incluindo fatores psíquicos: “...tarefas extraclasse, reuniões e atividades adicionais, problemas com alunos que chegam até ameaças verbais e físicas, pressão do tempo, etc.”.

Diversos trabalhos e pesquisas realizadas nos últimos anos e em diferentes localidades mostram que, além do peso em exercerem uma atividade cujo reconhecimento social vem declinando ao longo dos anos, os professores sofrem com aspectos relacionados ao ambiente e à organização de seu trabalho.

Em relação aos salários temos ainda uma desproporção entre os profissionais dos diversos níveis de educação, entre as instituições públicas e privadas e entre as instituições da esfera pública. “A profissão em destaque é a de juiz, com um rendimento médio de quase 20 vezes o

valor do rendimento médio mensal do professor da educação infantil, por exemplo” (INEP/MEC, 2003).

Para os que percorrem as escolas, é comum ouvir dos educadores queixas sobre o aumento da carga de trabalho do professor com relação ao número de relatórios e documentos a serem preenchidos pelos docentes, além de muitas atividades extras como participação em eventos e projetos da escola que não são contabilizadas nas horas de trabalho. Para muitos docentes o tempo de preparação e planejamento de aulas também não está computado nas horas de trabalho, pois são realizados em seu tempo livre, ou entre o deslocamento de uma atividade a outra, ou de uma escola a outra.

A questão da carga horária é um dos fatores que chamam a atenção dos pesquisadores e organismos internacionais

No ensino privado, ao contrário do setor público, encontramos docentes trabalhando doentes por receio de reprimendas ou possibilidade de perda das aulas.

em diversas análises sobre as condições de trabalho do professor e sobre qualidade na educação. Jornadas de trabalho semanal superior a 40 horas são consideradas preocupantes:

“Este fato provavelmente tem duas razões: 1) a falta de professores faz com que eles atuem em mais de um turno ou mesmo em mais de uma escola e, principalmente, 2) a necessidade de aumentar os rendimentos. Independentemente da causa, a dupla ou tripla jornada, com certeza, compromete o desempenho do professor, pois concorre com outras atividades que exigem tempo adicional para docência: planejamento das atividades em sala de aula, disponibilidade para oferecer atendimento ao aluno e atividades administrativas relacionadas à escola” (INEP/MEC, 2003).

Os educadores apontam o grande número de alunos por sala como um pro-

blema. Apesar das recomendações da Unesco de no máximo 30 alunos por turma, para permitir que o professor ocupe-se de cada aluno em sala, esse número vem aumentando consideravelmente, girando em torno de 35 a 40 alunos na década de 90, não sendo incomum encontrarmos hoje de 45 a 50 alunos em diversas salas. Há relatos de salas de aula com mais de 100 alunos, nos casos de algumas instituições de ensino privado.

As conclusões do relatório INEP/MEC (2003) apontam para diversos problemas encontrados em nossa pesquisa com os professores, e dentre eles podemos destacar a extensa jornada de trabalho e o grande número de atividades extraclasse que, nas palavras do relatório, “compromete a qualidade do trabalho docente e reflete-se no baixo índice de aproveitamento dos alunos”.

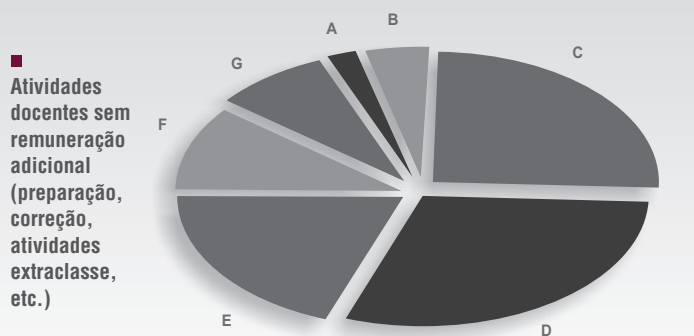
A pesquisa nas instituições de Ensino Privado no RS

A pesquisa “Condições de Trabalho e

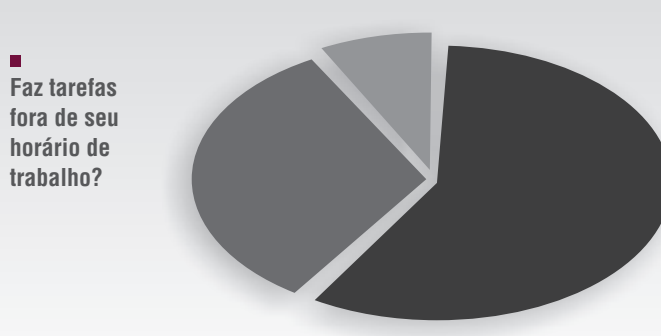
Saúde dos Professores e Técnicos Administrativos no Ensino Privado do RS” foi dividida em três etapas.

A primeira etapa foi constituída por diversas reuniões com dirigentes sindicais do setor de ensino privado em todo o estado do Rio Grande do Sul. Nessa etapa, com o objetivo de compreender a extensão e significado da demanda apresentada pela Feteesul e suas organizações filiadas, os técnicos do Diesat realizaram diversas reuniões preparatórias com representantes de todas as organizações envolvidas. Essas reuniões serviram para compreender a demanda e as expectativas envolvidas, bem como o enfoque e as etapas necessárias para execução da pesquisa. Foi constituído um grupo de acompanhamento da pesquisa com membros de todas as entidades envolvidas.

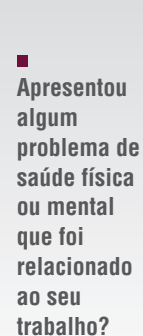
A segunda etapa da pesquisa compreendeu a utilização de entrevistas presenciais com professores e técnicos administrativos em todo o estado do Rio Grande do Sul. Nessa etapa, foram escolhidas 23



A = Até 24h/sem 2% B = Mais de 25h/sem 4% C = Até 4h/sem 26%
D = Até 8h/sem 30% E = Até 12 h/sem 20% F = Até 16h/sem 10% G = Até 20h/sem 8%



9% Raramente/Nunca 21% Às vezes 70% Sempre/Frequentemente



45% Sim

idades, distribuídas em 9 regiões do estado, procurando manter um equilíbrio entre instituições de ensino privado do nível ao superior e entre participantes do sexo feminino e masculino. Foram entrevistados 230 trabalhadores voluntariamente, buscando-se compreender as principais características do trabalho na instituição de ensino, as principais demandas e as tarefas rotineiramente realizadas e explorar a compreensão de cada trabalhador sobre o lugar do trabalho em sua vida e as relações deste com sua saúde. As entrevistas seguiam um roteiro semi-estruturado com liberdade para aportes específicos por parte dos trabalhadores.

A terceira etapa da pesquisa foi constituída pela aplicação de questionário que visava identificar o perfil dos trabalhadores do setor, sua compreensão acerca de sua saúde em geral, sua qualidade de vida e os principais aspectos de sua realidade de trabalho e as relações deste com sua saúde. O trabalho desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde

Os principais problemas de saúde manifestados são insônia, rouquidão e perda de voz, alergias, tendinites e dores nas articulações, enxaquecas, gastrites...

(OMS), relativo à percepção de qualidade de vida, serviu de base para o questionário, que recebeu adaptações e inclusão de temas específicos, seguindo orientação da análise das entrevistas.

O total de questionários respondidos (dentre docentes e técnicos administrativos) alcançou 4.480 em um universo total de trabalhadores estimados em 42.695 professores e técnicos de ensino, representando uma amostra total de 10,5%. Junto aos docentes foram enviados questionários por meio eletrônico a todos os associados do Sinpro/RS, Sinpro Caxias e Sinpro Noroeste, em um total de 23.478 associados. O total de respostas foi de 1.680, representando 7,16% dos questionários enviados.

Principais resultados

Os resultados apresentados aqui se referem ao material colhido através do instrumento de questionário e sua correlação com as entrevistas.

Os principais fatores prejudiciais à saúde dos professores no ensino privado apontam diretamente para a organização do trabalho e as relações no local de trabalho.

Fatores como jornada de trabalho, excesso de atividades, pressão de chefias

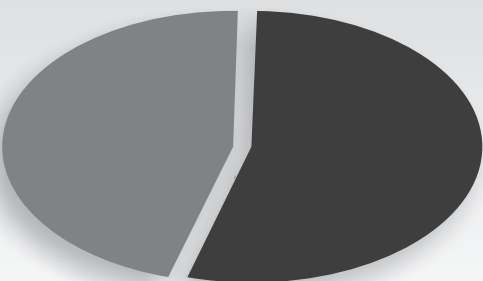
e colegas de trabalho, assédio moral no trabalho, relação com chefias, colegas professores, pais e alunos, estão entre os principais geradores de agravos à saúde física e mental dos professores.

A síndrome de Burnout aparece caracterizada ao identificarmos que: 47% dos professores afirmam se sentir constantemente esgotados e sob pressão mais do que o habitual; sendo 78% quando considerados os últimos seis meses; 41% dos professores alegam sentir irritação frequentemente, além de sentirem-se na situação em que não irão dar conta das tarefas e atividades. Essa síndrome é caracterizada como um sentimento de exaustão, de perda de enorme energia e de impotência para ação, em um processo lento e vagaroso, sobretudo através de uma situação de trabalho que o trabalhador não suporta mais, mas que também da qual não pode desistir.

As principais manifestações físicas de problemas de saúde são: dores (71%); problemas de sono (59%); rouquidão e perda de voz (49%); problemas alérgicos (47%); tendinites e problemas de articulação (44%); enxaquecas (33%); gastrites (27%); obesidade (23%); hipertensão (19%) e por último os cânceres (2%).

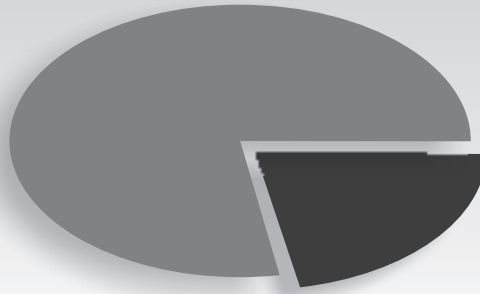
Dentre os problemas relacionados ao

Fonte: Diesat



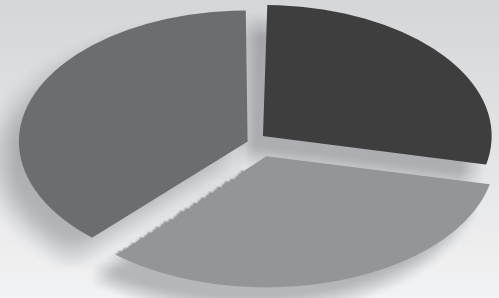
55% Não

■ Nos últimos seis meses, sentiu-se cansado ou esgotado com frequência?



■ 78% Sim ■ 22% Não

■ Nos últimos seis meses, vem se sentindo triste, infeliz ou deprimido?



■ 38% Raramente/Nunca ■ 33% Às vezes ■ 29% Sempre/Frequentemente

Excesso de atividades, assédio, pressão são alguns geradores de agravos à saúde física e mental dos professores.

sofrimento mental e questões emocionais, temos: estresse (35%); ansiedade (32%); depressão (11%); síndrome do pânico (3%), e outros (2%). Chama a atenção que somente 17% dos professores alegam não sofrer nenhum tipo de adoecimento ligado às questões mentais e emocionais.

De modo geral, a pesquisa sobre as condições de trabalho e saúde dos professores do ensino privado no estado do Rio Grande do Sul aponta para problemas sérios na relação entre trabalho e saúde dos professores.

É possível afirmar que: (1) existem problemas sérios na relação entre trabalho e saúde dos professores; (2) o trabalho está prejudicando a saúde do professor no ritmo e na forma como está a organização do trabalho nas instituições de ensino privado; (3) o professor está adoecendo em razão do trabalho e ainda tem que se manter no trabalho, mesmo adoecido; (4) os professores constantemente enfrentam pressão e a assédio no local de trabalho; e (5) a utilização de medicamentos aparece de forma preocupante e

como recurso para enfrentar a carga e a jornada de trabalho.

Algumas considerações

As relações entre saúde e condições de trabalho em instituições de ensino têm sido cada vez mais estudadas e ocupam hoje lugar de crescente preocupação por parte das principais organizações que atuam nos campos da saúde e do trabalho, nacional e internacionalmente. A produção acadêmica sobre o tema é extensa e tem acompanhado essa crescente preocupação sem, no entanto, aprofundar todos os aspectos relacionados a essa questão.

Da mesma forma, embora de modo ainda empírico e incipiente, os sindicatos dos trabalhadores no ensino têm desenvolvido diferentes iniciativas buscando enfrentar os problemas para a saúde decorrentes do trabalho dos profissionais de educação nas instituições de ensino. Nesse sentido, a proposta dessa pesquisa e de todas as atividades relativas à sua plena execução foi acompanhada de uma recepção positiva por parte dos docentes

e técnicos administrativos de ensino. Podemos considerar, por exemplo, o retorno dos professores e técnicos administrativos ao questionário. O índice de respostas ficou acima do esperado, o que aponta para alguns elementos para reflexão.

A necessidade e a busca por espaços de escuta confiáveis e seguros por parte dos trabalhadores no setor de ensino surgem como um primeiro aspecto a ser abordado. Parece existir uma carência notável de espaços para que os professores possam livremente abordar as condições em que realizam seu trabalho, identificar as pressões sofridas e os diversos aspectos de relação e impacto do trabalho em sua saúde.

O uso de medicamentos estimulantes, antidepressivos, calmantes ou tranquilizantes surge como tentativa de manter o professor em atividade e auxílio para suportar o cotidiano de trabalho desgastante, ainda que em detrimento da saúde física e mental do professor. Quase a metade dos docentes diz necessitar de tratamento com medicamentos e outros procedimentos.

Sobre as condições de trabalho especificamente, os principais problemas parecem não estar diretamente relacionados ao ambiente físico de trabalho, como temperatura, ventilação, barulho, limpeza, etc., mesmo que em algumas situações sejam relatados problemas nesse campo. Um dos pontos de destaque trata da questão dos episódios de humilhação no espaço de trabalho, questão premente e geradora de crescentes problemas de saúde relacionados ao trabalho, o assédio moral.

O assédio moral no trabalho pode ser definido como qualquer conduta abusi-

va, como gestos, palavras, comportamentos ou atitudes, que atente, por sua repetição, contra a dignidade ou a integridade física ou psíquica de uma pessoa. A pesquisa realizada apontou como principais fontes de assédio moral no trabalho dos professores do ensino privado. Em destaque a pesquisa apontou que 33% dos professores sentem-se assediados moralmente no trabalho por alunos. As chefias imediatas e as chefias superiores aparecem como fonte de assédio moral no trabalho para 31% dos professores. É importante ressaltar que esse é um alto índice se comparado com outras pesquisas realizadas em outras atividades profissionais.

Uma particularidade que gostaríamos de chamar a atenção é o grande número de professores que indicam outros colegas professores como fonte de assédio moral no trabalho. Nessa situação encontram-se 23% dos professores. Esse tem sido um mecanismo utilizado de forma indireta por algumas instituições de ensino para manter o professor “ligado”, buscando “trazer novos alunos”, “vestindo a camisa”, ficando sempre “disponível”, etc., como relatam os próprios docentes entrevistados.

Estudos recentes questionam a “efetividade” desse tipo de atitude e ambiente para aumentar a “produtividade” docente e apontam o efeito contrário: a piora nas condições de trabalho e saúde.

Os ditames da produtividade, quando aplicada à educação, acabam por estimular a reprodução de uma lógica que tem por base a exploração máxima e o desrespeito aos limites físicos e mentais. Nesse sentido, dentre outros problemas apresentados, a conduta do assédio moral é a

**Chama a atenção
que somente 17%
dos professores
alegam não sofrer
nenhum tipo de
adoecimento ligado
às questões mentais
e emocionais.**

Cansaço e esgotamento físico e mental frequentes nos últimos seis meses são indicados por 78% dos professores e estão diretamente relacionados ao trabalho.

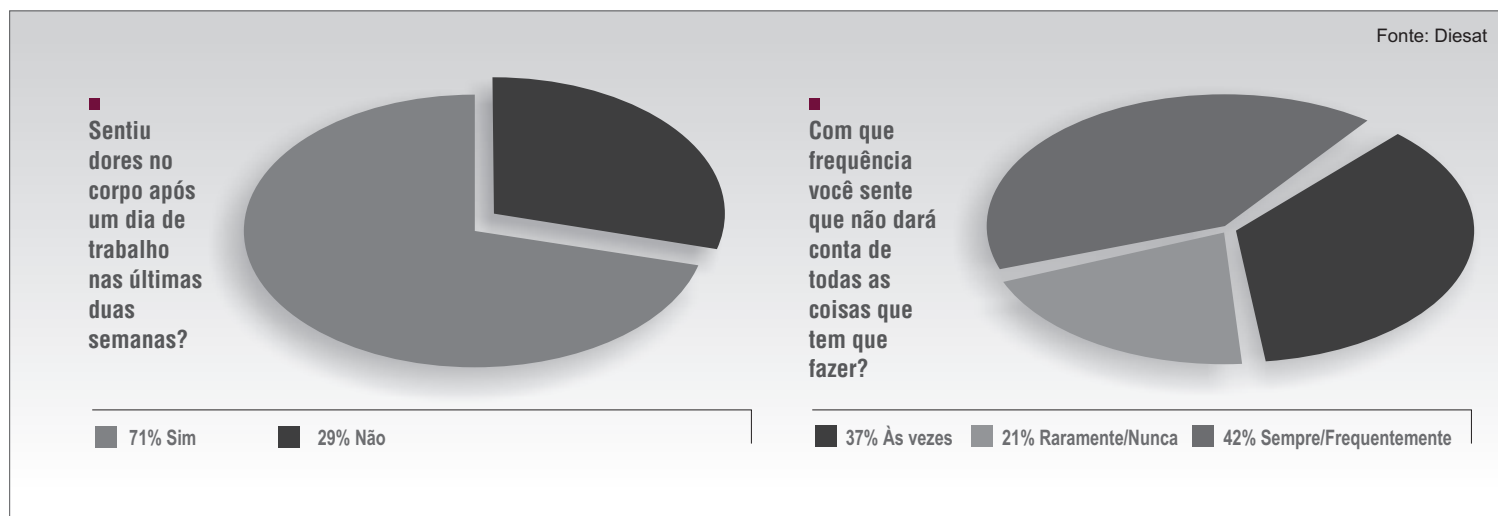
base para o sofrimento físico e mental em larga escala, que passa a atingir a todos e conduz a uma deterioração ainda maior das relações e da organização do trabalho. Nas entrevistas esse foi tema presente e fortemente apontado por docentes como um dos fatores que causam sofrimento mental, emocional e desgaste físico no trabalho. Esse aspecto ganha força quando verificamos que a grande maioria dos docentes não identifica problemas na estrutura física de seu ambiente de trabalho ou falta de recursos para exercer suas atividades, mas, ao contrário, que isso faz com que a cobrança e a pressão sejam mais fortes e frequentes, principalmente por parte das chefias imediatas e superiores.

Dentre as principais queixas levantadas pelos professores encontram-se: falta de tempo para a devida preparação das tarefas docentes, aumento do cansaço devido à extensa jornada e ao número de atividades extraclasse, o grande número de atividades docentes sem remunera-

ção adicional e exercidas fora do horário da jornada, a excessiva pressão sofrida no trabalho. O relato dos professores indica que esse quadro vem se agravando nos últimos anos.

As instituições de ensino têm se utilizado, cada vez mais, da tecnologia de comunicação, internet e computadores como ferramenta para ampliar o número de atividades e manter o professor sempre conectado. Essas ferramentas se, por um lado, aparentam facilitar o trabalho docente, por outro acabam por induzir e exigir que o professor assuma atividades adicionais.

Algumas dessas atividades eram antes exercidas por outros profissionais, outras são novas atividades que são adicionadas à extensa lista de funções do professor. Uma das características desse modelo é poder ser realizado a qualquer hora e em qualquer lugar, seja na própria instituição de ensino, no horário de intervalo, após o final das aulas, ou mesmo a distância, diretamente da casa do professor,



à noite ou aos finais de semana. Algumas frases que traduzem bem esta realidade são: “o professor é 24 horas por dia professor”, “o professor tem que estar sempre à disposição da instituição, dos alunos, dos pais, da chefia, a todo o momento, em qualquer hora”, ou “chego em casa e mal falo com meus filhos, vou direto para o computador, responder e-mails, inserir notas, fazer relatório”.

Os impactos desse excesso de atividades para a saúde física e mental são evidentes e se manifestam nas relações familiares e sociais, na ausência de tempo para lazer, para estudo, para descanso.

A pesquisa indica que 70% dos professores frequentemente exercem tarefas docentes fora de seu horário de trabalho, sendo que quase 30% acabam também exercendo tarefas que estão além de sua função.

Trabalho, cansaço e esgotamento frequente

O cansaço e esgotamento físico e mental frequentes nos últimos seis meses são indicados por 78% dos professores e estão diretamente relacionados ao trabalho. Os professores indicam alguns períodos ao longo do ano letivo em que o cansaço e o esgotamento são intensificados, como ao final do ano letivo, período de avaliações e fechamento de notas.

Chama a atenção que 45% dos professores entrevistados apresentaram algum problema de saúde física ou mental relacionado ao seu trabalho, sendo que 39% precisaram se ausentar do trabalho por ao menos um dia em razão dessas doenças.

No entanto, o fato de apenas 6% dos docentes terem se afastado do trabalho

por mais 15 dias nos últimos seis meses reforça a afirmação de, apesar de estarem adoecendo, os docentes não se afastam do trabalho para cuidar da saúde, pelo temor de demissão e por pressão de chefias.

O uso de medicamentos, até mesmo sem receita, principalmente nos casos de antidepressivos e antipsicóticos, podem ser sinais desse receio da descoberta de seu adoecimento pela instituição onde trabalham ou até mesmo pelos colegas, temendo demissões ou reprimendas.

Ao caracterizar-se o processo de adoecimento como de cunho individual, o uso de medicamentos aparece como resistência pessoal às dificuldades cotidianas do trabalho. Entretanto, os fatores geradores da dor, do estresse, da humilhação e do esgotamento não são modificados. Pesquisas realizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia indicam que o trabalho vem afetando cada vez mais a saúde dos professores, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o trabalho docente como uma profissão de risco, e uma das mais estressantes atualmente. Isso ressalta a importância dessa e de outras pesquisas.

Em outras categorias profissionais, o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho também vem crescendo. Há uma relação direta com a constatação de aumento de pressão por produtividade, o uso de tecnologias, além do excesso de atividades e longa jornada de trabalho. Portanto, a luta por melhores condições de trabalho, por uma jornada de trabalho mais justa e pela defesa da saúde no trabalho deve estar na agenda de professores, trabalhadores e da sociedade.

Bibliografia

CAMPOS, W. C. R. Trabalho Docente na América Latina e Brasil: estratégias e considerações filosóficas. In: CAMPOS, W. C. R. e SILVA, E. B. (orgs.) Trabalho e Saúde: tópicos para reflexão e debate. Diesat, São Paulo, 2008.

INEP/MEC. Estatísticas dos Professores no Brasil. INEP/MEC, Brasília, 2003.

_____. Sinopse Estatística da Educação Básica e da Educação Superior. INEP/MEC, Brasília, 2006.

MOURIÑO MOSQUERA, J. J. O professor como pessoa: com uma investigação sobre os sentimentos dos professores. Sulina, 2ª edição. Porto Alegre, 1978.

UNESCO Institute for Statistics - UIS. Oferta e procura de professores na América Latina e no Caribe: Garantindo uma educação de qualidade para todos – perfil regional, Montreal, 2006.

_____. Teachers and Educational Quality: Monitoring Global Needs for 2015, Montreal, 2006.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. Revista Escola de Enfermagem USP. São Paulo, v. 42, n. 2, 2008.

Notas

³ O Diesat, Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, é uma instituição fundada em 1980 pelas entidades sindicais, com o objetivo de buscar melhores condições de trabalho e de defesa da saúde de trabalhadores em diversos ramos de atividade e representados por diferentes sindicatos e centrais sindicais.

⁴ A Feteesul, Federação Estadual dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Privado do Rio Grande do Sul, foi fundada em 1985 e reúne os oito sindicatos de trabalhadores do setor: Sinpro/RS; Sinpro Caxias; Sinpro Noroeste; Sintae/RS; SAAE Passo Fundo; SAAE São Leopoldo e região; SAAE Caxias e região; e Sinteep Ijuí. Esses sindicatos representam mais de 44.000 profissionais, entre funcionários e professores, que atuam em cerca de 800 instituições de ensino na Educação Infantil, Educação Básica, Educação Profissionalizante, Educação Superior e cursos livres, reunindo mais de 400.000 alunos.

⁵ McLAUGHLIN, J. W. e J. T. O'SHEA "California teachers' job dissatisfaction. In: California J. of Educ. Research 11, 1960, p. 216-224.

⁶ World Health Organization Quality of Life (WHOQOL). Para mais informações acerca da Organização Mundial da Saúde (OMS): www.who.int